

As Disposições Transitórias e as ilusões monárquicas

FAZENDA MERCANTIL

Mauro Santayana (*)

Há causas que, em sua inocência, fazem-se belas, e é exatamente em sua inocência e em sua beleza que os perigos conspiram. Obteve o sr. Cunha Bueno uma bela e, na aparência, ingénua vitória, ao obter promessa, nas Disposições Transitórias da Nova Constituição, promessa de plebiscito que possa restaurar a monarquia.

Os monarquistas, no Brasil, são um grupo pequeno e coerente; não podem ser acusados de qualquer deslize ético. Agem com compostura e elegância, o que deve ser a conduta da aristocracia. Não se lhes aponta, em tal cuidado, a astúcia de seita minoritária. As seitas minoritárias — e se anote o histerismo dos integralistas — nem sempre são discretas. Poucos e dedicados, os monarquistas assemelham-se a essas sociedades mais ou menos secretas que, no entanto, convidam todos a que nelas se iniciem, como os Rosacruz ou os Teosofistas. Se, um dia, houver epidemias, o sol parar no início da tarde ou se recusar a aparecer pela manhã, os velhos tempos talvez não se encham tanto como o recinto de tais assembléias sectárias. A males desconhecidos, remédios novos. Em um impasse constitucional, que ameace guerra civil, por que não chamar um príncipe?

Os monarquistas que amam a monarquia pelos seus ritos, que aceitam e defendem a sua origem divina e fitam os príncipes presuntivos com olhos banhados com a salmoura da emoção, esses não trazem dificuldades políticas. Querem um rei, porque, segundo as fábulas calhordas, os reis são sempre bons. Esses monarquistas estariam contentes com reis serenos, que sobrevivem na História moderna como testemunhas excelsas da paz política, como os escandinavos.

O rei Juan Carlos é apontado como o exemplo do bom e generoso soberano, que salvou seu país de segunda catástrofe no mesmo século. Com todo o respeito pelo chefe de Estado espanhol, a sua virtude esteve em descumprir um projeto, o de Franco. Se,



com sua atitude democrática, ele salvou a paz, não há dúvida que salvou também o seu trono. A Espanha é chão de safras rebeldes. Nem sempre se colhe ali o que se planta e, apesar de todos os seus percalços históricos, entre eles os mais recentes, que foram as ditaduras de Primo de Rivera e Franco, nela é mais forte, sempre mais forte, a idéia da liberdade. Como observou Vico, César lutou em todas as províncias para salvar o Império; na Espanha teve que lutar para salvar a própria vida. "Numancia eram cinzas empapadas de sangue", quando nela entraram os romanos, e nenhum de seus cidadãos permaneceu vivo para ceder sua obediência ao invasor. E desse chão humano, constituído pelos aborígenes da península (dos quais, como povo bem identificado, sobrevivem os bascos), que procedem as mais antigas virtudes dessa gente de santos, guerreiros, poetas e pensadores. A Espanha aceitou o príncipe

da Casa de Borbon porque ele aceitava o difícil compromisso de conciliação nacional; não aceitou o difícil compromisso de conciliação nacional porque a ele havia aderido o príncipe. Muitos monarquistas, entre eles um virtuoso mineiro que conheci, João Camilo de Oliveira Torres, consideravam e consideram os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 como um golpe de Estado contra o gabinete Ouro Preto, transformado em mudança de regime pela ousadia astuciosa de meia dúzia de oficiais republicanos. Na verdade, o País caminhava bem, no fim do século. Em passos demorados, é bem verdade, realizaram-se reformas econômicas e sociais decisivas. Se o Império não transbordara de seus limites coloniais, e se malograra em algumas questões menores, como a da Província Cisplatina, soubera fazer frente aos desafios de seu tempo.

Interveio, com responsabilidade política, nos pro-

blemas do Sul e fez, com êxito, a guerra da Triplice Aliança. O governo era constituído de homens atualizados, que se interessavam pela ciência e pela indústria: o Brasil foi dos primeiros países da América Latina a integrar, no seu cotidiano, conquistas técnicas, como a energia elétrica e o telefone.

Tais virtudes, perdoem os monarquistas, não estavam no sangue real, que, como todos sabem, já não era tão espesso. O regime funcionava bem, porque a sua verdadeira origem estava naquele punhado de patriotas que constituíram a primeira elite política realmente brasileira, a geração da Regência. Foi o sistema parlamentarista que, apesar das críticas que lhe foram feitas, entre outros, por Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, e são brilhantemente retomadas por Cláudio Lacombe, conseguiu impor-se ao aulicismo da Corte e aos caprichos ocasionais do imperador.

Mais do que derrubar a monarquia, os militares derrubaram o sistema parlamentarista. Nesse sentido, a proclamação da República foi ato reacionário, por mais liberais tenham sido as intenções de alguns republicanos. Sob o sistema parlamentarista, o Brasil fez mais pelo desenvolvimento social e econômico, tendo em vista a sua população e seus recursos fiscais, do que em todo o período posterior.

E nisso que reside o perigo: confundir-se o parlamentarismo do Segundo Reinado, que tem sua origem democrática e natural nas jornadas de abril de 1831, com as pompas e os ritos monárquicos.

Os reis não são necessariamente defensores do povo. Quando os reis são fracos, entregam-se a ditadores tenebrosos; quando são fortes, podem exercer diretamente a tirania. Se não houvesse sido proclamada a República de Weimar, a frustrada "Rachekrieg" germânica não teria sido

comandada por Hitler. Seu "fuehrer" seria Guilherme II. Croce sempre foi defensor da monarquia constitucional, mas é conhecido o seu indignado libelo contra Vitorio Emanuel. Respondendo a Badoglio, disse o grande pensador italiano:

"Não foi culpa sua (dos homens da oposição) que o rei se tenha entregado de corpo e alma ao fascismo e assumido uma responsabilidade ainda maior do que a assumida por Mussolini, que era um pobre diabo, ignorante, curto de inteligência, e embriagado pelos fáceis sucessos demagógicos, enquanto ele, o rei, tivera uma educação acurada e havia governado, antes, uma Itália livre e civilizada".

Com toda a homenagem à sinceridade dos monarquistas, é tarde para retornar a 14 de novembro de 1889. O Brasil não precisa de cetros, mantos e tronos, marqueses, condes e duques. Precisa de cidadãos.

(*) Jornalista e escritor.

06 JUL 1988